LEI MUNICIPAL N.º 609/2006.

DISPÕE SOBRE A RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DOS SUBSÍDIOS DEVOLVIDOS AO ERÁRIO MUNICIPAL, AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal, de Sagrada Família – RS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 27, I e III, FAÇO SABER, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Com fulcro na decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, nos Processos n.ºs 2.497-02.00/02-9, PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2.001 e 2.595.02.00/03-0 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2002, que julgou regulares os valores dos subsídios fixados através do Decreto n.º 26/2000, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a restituir, em 02 (duas) parcelas, a serem inseridas: a) em folha de pagamento dos Agentes ainda ativos e b) através de empenho aos não ativos, os valores devolvidos ao erário pelos Agentes Políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários) relativamente às **devoluções** por eles feitas relativamente **aos subsídios dos exercícios de 2.001 e 2.002**, bem como os valores **recebidos a menor nos exercícios de 2.003 e 2.004**, devidamente atualizados pela variação do IPCA a partir da efetiva devolução feita ao erário ou do recebimento a menor, nos valores constantes nos demonstrativos individuais que são partes integrantes desta Lei.

Art. 2.º - Com fulcro na decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, as fls. 99 do Processo n.º 9293-02.00/02-3, Tomada de Contas do Exercício de 2.001, bem como no Processo n.º 7.123-02.00-03/5 – Tomada de Contas do Exercício de 2002, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a restituir, em 02 (duas) parcelas iguais e mensais, a serem inseridas: a) em folha de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro 2006, dos Vereadores ainda ativos e b) através de empenho aos não mais ativos, os valores devolvidos ao erário pelos Vereadores relativamente às devoluções por eles feitas relativamente aos **subsídios do exercício de 2.002**, devidamente atualizados pela variação do IPCA a partir da efetiva devolução feita ao erário, nos valores constantes nos demonstrativos individuais que são partes integrantes desta Lei.

Art. 3.º - Para acorrer às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais na lei de meios

vigente no exercício de 2006, para acorrer às despesas decorrentes desta lei, com a seguinte caracterização:

01 – Câmara Municipal de Vereadores

01.01 – Unidades Subordinadas

01.01.01 – Legislativa

01.01.01.031 - Ação Legislativa

01.01.01.031.0001 – Execução da Ação Legislativa

01.01.01.031.0001.2.001 – Manutenção das Ativid. de Pessoal da Câmara

33390.93.99.00.00.00 – Diversas Indenizações e Restituições **R\$ 6.548,68**

02 – Gabinete do Prefeito

02.01 – Unidades Subordinadas

02.01.04 - Administração

02.01.04.122 – Administração Geral

02.01.04.122.0016 – Administração Governamental

02.01.04.122.0016.2006 – Manutenção das Ativ. de Pessoal do Gabinete

33390.93.99.00.00.00 –Diversas Indenizações e Restituições **R\$ 32.843,87**

03 – Secretaria de Administração

03.01 – Unidades Subordinadas

03.01.04 - Administração

03.01.04.122 – Administração Geral

03.01.04.122.0016 – Administração Governamental

03.01.04.122.0016.2013–Manut.das Desp. Pessoal da Sec.Administração

33390.93.99.00.00.00 -Diversas Indenizações e Restituições **R\$ 13.535,44**

Parágrafo Único – Servirão de recursos para a cobertura dos créditos adicionais ora autorizados os decorrentes do Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício de 2.005, **recursos livres, 01.**

Art. 4.º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sagrada Família – RS, em 17 de janeiro de 2006.

Juvenil Mafalda Santos
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se